



Tribunal de Contas do Estado de São Paulo

RELATÓRIO DE INSTRUÇÃO - RPPS

Processo TC 3316/989/20
Poder EXECUTIVO
Município Itanhaém
Entidade PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHAÉM
Período 06/2020
Relator Dr. Sidney Estanislau Beraldo
Unidade Fiscalizadora UR-20 UNIDADE REGIONAL DE SANTOS
Responsável MARCO AURELIO GOMES DOS SANTOS
Cargo PREFEITO
CPF 192.900.488-59
Período de Gestão 01/01/2020 a 31/12/2020

Em atendimento ao disposto nas Instruções vigentes e na Ordem de Serviço atualmente em vigor, temos a informar que este documento exhibe as análises relativas especificamente aos RPPS, conforme seguem.

RPPS

1 - Assunto de Fiscalização: Avaliação das Receitas Previstas e Arrecadadas do RPPS

1.1 - Contribuição Patronal (Visão da Prefeitura)

Nome do Órgão	Receita Prevista	Receita Arrecadada	Varição
INSTITUTO DE PREV. DOS SERV.PÚBLICOS MUNICIPAIS	R\$ 7.614.545,40	R\$ 11.782.760,53	-54,74%

A Receita Arrecadada apresenta comportamento adequado em relação ao que foi estabelecido como Receita Prevista para o período em análise, de forma que não se faz necessário a emissão alerta ao jurisdicionado.

1.2 - Contribuição dos Servidores (Ativos, Inativos e Pensionistas)(Visão da Prefeitura)

Nome do Órgão	Receita Prevista	Receita Arrecadada	Variação
INSTITUTO DE PREV. DOS SERV.PÚBLICOS MUNICIPAIS	R\$ 6.365.454,54	R\$ 11.248.795,10	-76,72%

A Receita Arrecadada apresenta comportamento adequado em relação ao que foi estabelecido como Receita Prevista para o período em análise, de forma que não se faz necessário a emissão alerta ao jurisdicionado.

1.3 - Parcelamentos (Visão da Prefeitura)

Nome do Órgão	Receita Prevista	Receita Arrecadada	Variação
INSTITUTO DE PREV. DOS SERV.PÚBLICOS MUNICIPAIS	R\$ 675.000,00	R\$ 1.593.426,61	-136,06%

A Receita Arrecadada apresenta comportamento adequado em relação ao que foi estabelecido como Receita Prevista para o período em análise, de forma que não se faz necessário a emissão alerta ao jurisdicionado.

1.4 - Aporte para Equacionamento do Déficit Atuarial (Visão da Prefeitura)

Nome do Órgão	Receita Prevista	Receita Arrecadada	Variação
INSTITUTO DE PREV. DOS SERV.PÚBLICOS MUNICIPAIS	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%

A Receita Arrecadada apresenta comportamento adequado em relação ao que foi estabelecido como Receita Prevista para o período em análise, de forma que não se faz necessário a emissão alerta ao jurisdicionado.

1.5 - Aporte para Cobertura de Insuficiência Financeira (Visão da Prefeitura)

Nome do Órgão	Receita Prevista	Receita Arrecadada	Variação
INSTITUTO DE PREV. DOS SERV.PÚBLICOS MUNICIPAIS	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%

A Receita Arrecadada apresenta comportamento adequado em relação ao que foi estabelecido como Receita Prevista para o período em análise, de forma que não se faz necessário a emissão alerta ao jurisdicionado.

1.6 - Compensação Previdenciária (Visão da Prefeitura)

Nome do Órgão	Receita Prevista	Receita Arrecadada	Variação
INSTITUTO DE PREV. DOS SERV.PÚBLICOS MUNICIPAIS	R\$ 934.999,98	R\$ 0,00	100,00%

Alerte-se o RPPS e a Prefeitura pela responsabilização das providências cabíveis visando o recebimento dos recursos decorrentes de compensação previdenciária, que no mês em análise foi apurada diferença entre o valor previsto e o recebido pelo RPPS relativos à compensação previdenciária, em possível descumprimento ao disposto no art. 1º, § 2º, da Lei Federal nº 9.717, de 27 de novembro de 1998.

2 - Assunto de Fiscalização: Avaliação da Rentabilidade e Evolução dos Investimentos do RPPS

2.1 - Confronto entre a rentabilidade da carteira e a meta atuarial (Visão da Prefeitura)

	Rentabilidade da carteira	Data da	Meta de rentabilidade constante da	Inflação	Meta de rentabilidade	

Nome do Órgão	acumulada até o trimestre	última avaliação atuarial	última avaliação atuarial sem inflação	acumulada até o trimestre	proporcional até o trimestre	Variação
INSTITUTO DE PREV. DOS SERV.PÚBLICOS MUNICIPAIS	-5,80%	31/12/2019	6,00%	0,36%	3,36%	272,62%

Alerte-se o RPPS e a Prefeitura pela responsabilização na gestão dos recursos previdenciários municipais, considerando a meta de rentabilidade proporcional até o trimestre em análise, que a rentabilidade da carteira de investimentos do RPPS ficou aquém do previsto. Esta análise pode demonstrar tendência ao descumprimento da meta atuarial ao final do exercício, em prejuízo do equilíbrio atuarial determinado na legislação de regência (art 40 da Constituição Federal, art. 69 da Lei de Responsabilidade Fiscal e art. 1º da Lei Federal 9.717/1998) e possível desatendimento ao art. 1º, parágrafo 1º, incisos I e IV, da Resolução CMN nº 3.922/2010.

Data da Geração: 04/09/2020
Hora da Geração: 20:26:21